



PARECER Nº 01 - CESC

DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, SAÚDE E CULTURA sobre o PROJETO DE LEI Nº 424/2019, que Institui o dia da Fiscalização de Atividades Urbanas no Distrito Federal e dá outras providências.

AUTOR: Dep. João Cardoso

RELATOR: Dep. Del. Fernando Fernandes

I – RELATÓRIO

Submete-se, ao exame desta Comissão, o Projeto de Lei epigrafado, de autoria do Deputado João Cardoso-Professor Auditor. A proposição em questão resta distribuída em 4 artigos.

O artigo 1º institui o dia da Fiscalização de Atividades Urbanas no Distrito Federal, a ser comemorado anualmente no dia 2 de fevereiro. O parágrafo único do art. 1º define que a data comemorativa passa a integrar o calendário de eventos oficiais do Distrito Federal.

O artigo 2 apresenta o rol de atividades, segundo os quais entende-se, para os efeitos da lei em comento, a fiscalização de atividades urbanas.

Os artigos 3º e 4º são as usuais cláusulas de vigência e revogação.

Na justificção, em síntese, o nobre autor aduz que a data proposta para a comemoração já consta no site www.fiscaldeposturas.com.br. Outrossim, são elencados os institutos jurídico-normativos que disciplinam as carreiras de atividades urbanas do DF, ao tempo em que são feitas alusões às

Comissão de Educação, Saúde e Cultura - CESC
PL nº 424 / 2019
Folha nº 09
Matrícula: 22742 Rubrica: <i>[assinatura]</i>



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
Comissão de Educação, Saúde e Cultura
Deputado Delegado Fernando Fernandes



responsabilidades de fiscalização dos auditores, em suas diversas áreas de especialização, em exercício de função honrosa e de elevado interesse social, qual seja, a atividade de polícia administrativa. Ao final, o autor conclama o apoio dos pares na aprovação da propositura.

Resta acostado aos autos do PL, às fls. 05-07, nota técnica da Unidade de Redação Parlamentar e Consolidação dos Textos Legislativos que declara que não há respaldo no Regimento Interno, para que a CEOF se manifeste quanto ao mérito da matéria da propositura, com fulcro na inteligência do art. 64, §1 e seu inciso I, eis que o PL em discussão não versa sobre as funções dos servidores, sendo combinada a interpretação do insculpido no art. 62, I e II, que veda, expressamente, o exercício de atribuições de outra comissão, bem como obsta a manifestação em matéria alheia a sua competência.

Desta feita, aquela assessoria legislativa, sugeriu a correção do fluxo de tramitação, com envio do PI à análise da CESC, nos termos do art. 69, I, c, do Regimento Interno da CLDF.

Não foram apresentadas emendas ao Projeto de Lei.

Comissão de Educação, Saúde e Cultura - CESC	
PL nº	424 / 2019
Folha nº	10
Matrícula:	22797 Rubrica: <i>Hilber</i>

II – VOTO

Nos termos do disposto no art. 69, I, “c” do Regimento Interno desta Casa, compete a este colegiado manifestar-se sobre o mérito da proposição, em razão da sua temática.

Com efeito, ante tudo quanto exposto, no âmbito desta Comissão, e considerando a importância e relevância da Fiscalização de Atividades Urbanas no DF, quanto ao mérito de competência, manifestamo-nos pela **APROVAÇÃO**



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
Comissão de Educação, Saúde e Cultura
Deputado Delegado Fernando Fernandes



do PL 424/2019, que Institui o dia da Fiscalização de Atividades Urbanas no Distrito Federal e dá outras Providências.

Sala das Comissões, em de de 2019.

Deputado Jorge Vianna
Presidente

Dep. Delegado Fernando Fernandes
Relator

Comissão de Educação, Saúde e Cultura - CESC	
PL nº	424 / 2019
Folha nº	11
Matrícula:	22797 Rubrica: <i>Hirry</i>